

ATA DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO GESTOR DA ARIE SERRA DO OROBÓ

No dia 12/03/2026, às 14:00 horas reuniram-se em sessão plenária por meio da Plataforma Teams os membros do Conselho Gestor da Área de Relevante Interesse Ecológico - ARIE Serra do Orobó: Eva Dayana Oliveira Rios Lopes – INEMA; Isaías Soares Neto (teams) – EMBASA; Daniel Lima da Cunha e Adenilton Gomes Sampaio – Prefeitura de Ruy Barbosa; Sandro Lima dos Santos (teams) – Associação Comunitária Esperança de Ruy Barbosa; Iomar Ferreira Santana – Associação dos Trabalhadores de Ruy Barbosa; Eliana Queiroz Jesus dos Santos e Crispinianno Gomes da Silva – Associação da Região de São Luiz e Adjacências; Elisabeta Dapper da Cunha – Agrofloresta Orobó; Vitor Pires Oliveira – Câmara de Dirigentes Lojistas de Ruy Barbosa, além de representantes da secretaria de turismo, do Quilombo das Flores e sociedade civil. A gestora começou a reunião às 14:30 horas após constatar o quórum, dando boas vindas a todos e todas e apresentando a convocatória da reunião com a pauta do dia. No primeiro ponto da pauta a Sra Eva relatou não haver nenhuma manifestação do Conselho Gestor por e-mail ou grupo de whatsapp para alterações na ATA da décima sétima reunião ordinária, sendo esta considerada aprovada. No segundo ponto de pauta, planejamento das ações de 2026, a mesma apresentou o histórico de reuniões ordinárias de 2025, o calendário aprovado para reuniões em 2026 e solicitou aos conselheiros que manifestassem os pontos de pauta de interesse para os próximos encontros. O Sr Vitor sugeriu a presença de um especialista em botânica para tratar das espécies encontradas na região e o retorno das reuniões itinerantes, para as quais a plenária sugeriu tratar sobre legislação ambiental, uso da água, agrotóxicos, elaboração de projetos socioambientais, mineração em unidades de conservação e mudanças climáticas nas comunidades de Pé de Serra, Quilombo Flores e Serra Três. O Sr Iomar citou a importância de conhecer os trabalhos de pesquisadores que já realizaram atividades na unidade. O Sr Daniel lembrou a necessidade de trazer alguém para apoiar o entendimento sobre os procedimentos para regularização do uso da água e após discussão entendeu-se que os procedimentos administrativos para regularização deveriam ser realizados junto à Secretaria que já pactuou com INEMA avaliar estratégias para apoio na regularização e sugeriu trazer a pauta do turismo para reuniões do Conselho. A Sra Benilda relatou sobre a importância de falar sobre o patrimônio histórico que é a água da Serra e as dificuldades de acesso para comunidades, a gestora lembrou a tratativa com o município sobre gestão do uso da água da Serra e o Sr Adenilton manifestou que a prefeitura realizou melhoramento da canalização e tem interesse em auxiliar a distribuição de água de forma que todos tenham acesso. O mesmo continuou falando sobre algumas ações que o município tem realizado e a parceria que tem sido buscada com o Ministério Público sobre a questão histórica da Serra do Orobó para tombamento. A Sra Alcione tratou sobre a necessidade de passagem de fauna para micos na região, já que observa a grande mortandade dos mesmos na zona rural. Após esse debate, a gestora citou as principais linhas de trabalho associadas à unidade em andamento no INEMA (Plano de Manejo, Sinalização, Titularidade de Terras, Proteção Ambiental) e o Sr Daniel comentou sobre a cobrança pela celeridade do Plano de Manejo e sugeriu a manifestação das organizações da sociedade civil para o Ministério Público de Itaberaba, já que o município também já tem iniciativas nesse sentido. O Sr Adenilton mencionou reunião com governador com solicitações para melhorias par Unidade e para reestruturação da antiga Sede da ARIE. A gestora perguntou se havia sido fechado acordo com a COELBA para sessão do prédio, como sinalizado anteriormente, mas o secretário informou que ainda está em andamento. O Sr Sandro questionou o que havia de concreto em relação às ações já proposta pelo conselho e que percebia que ocorriam discussões e que pouco se realizava, especialmente relacionada às ações de prefeitura e órgãos de Estado. A gestora então orientou que a apresentação do slide sobre as ações que o Conselho já havia iniciado se

encontravam nos setores que poderiam dar encaminhamentos e que para o Conselho restava à cobrança devido à baixa governabilidade para aplicação. A mesma explicou que a discussão em pauta seria o planejamento de atividades do ano corrente que o próprio conselho pudesse executar, sem dependência de recursos externos ou outras secretarias, ainda que fosse de expressão mais pontual que as listadas anteriormente. A gestora continuou então a apresentação das linhas de trabalho em andamento falando sobre a nova tentativa de orçamento para as placas de sinalização, do envio do processo referente à titularidade de terras à Procuradoria Jurídica do INEMA para informações quanto a arrecadação de terras e tentativa de regularizar a área da trilha do Cruzeiro e sobre as ações de proteção ambiental que seria as reuniões e operações de fiscalização. Em sequência a gestora solicitou aos presentes que sugerissem atividades que entendiam prioritárias para ações no âmbito do Conselho, exemplificando com proposições referentes à elaboração de diretrizes para visitação e uso público da unidade, a visita às nascentes da UC para avaliação dos impactos e condições ambientais e a promoção de ações de educação ambiental. A mesma discorreu que enquanto não há instrumentos legais que regulamentem os planos na ARIE, o Conselho não pode promover algumas proibições dentro da Unidade e que o objetivo apresentado na proposta de elaboração de diretrizes para visitação e uso público da unidade seria um documento educativo e informativo que demonstrasse o entendimento do Conselho sobre atividades que possam causar impactos na ARIE ou estejam em desacordo com os objetivos de criação. O Sr Adenilton falou sobre o programa de Roda de Conversa Ambiental que está acontecendo nas escolas. Durante o debate o Sr Vitor lembrou a ação de entrega voluntária de animais silvestres e solicitou que fosse novamente realizada no município. O Sr Daniel comentou sobre necessidade de capacitação sobre resgate de fauna e o Sr Crispiniano falou sobre a morte de espécies nativas como sariguês pela população. Sobre esta demanda a gestora relatou que se for do interesse da Secretaria seria importante oficial o INEMA e solicitar a capacitação. A gestora informou sobre a importância de acionar o INEMA nos casos de resgate já que os animais podem apresentar riscos àqueles que porventura possam capturá-los, bem como se faz necessária à avaliação da saúde animal por profissional para encaminhamento do mesmo para soltura ou destinação ao CETAS. Durante as discussões em plenária o Sr Sandro relatou que a sociedade civil tem seu papel de contribuição à sociedade nos diálogos, controle e prestação de serviço de forma gratuita, diferente do poder público que teria prestadores remunerados e questionou porque os municípios envolvidos e também o Estado que são os maiores interessados no desenvolvimento do turismo não atuam diretamente para realização de tarefas na Serra, já que observava os municípios interessados nas suas pautas individuais e não naquelas que envolvem o bem comum. O mesmo questionou o porquê do município não realizar investimentos e se mantém a espera por recursos do Estado, que seria mais lento na execução. Citou como exemplo a execução direta pelo município na manutenção da estrada e instalações no topo, que apesar de terem sido reportados impactos ambientais, quando houve interesse pela Prefeitura foi realizado, devendo agora outras atividades serem realizadas com os devidos cuidados. O Sr Sandro destacou que todas as ações comentadas na reunião são importantes e devem ser realizadas, mas que algumas precisam se materializar e que o município poderia agir e buscar parceria com o Estado. O Sr Adenilton afirmou que as ações que a secretaria tem realizado na ARIE, se tivesse ocorrido há anos atrás não haveria tanto desmatamento na Serra e que se sente contemplado com o freio que a equipe conseguiu no local em relação às supressões e a venda ilegal de lotes. O mesmo relatou também independente do Acordo de Cooperação com o INEMA não ser pactuado com brevidade, a secretaria iria contratar funcionários para atuar como rondas na Unidade, os quais seriam capacitados pelos bombeiros. O Sr Adenilton comunicou também que foi instalada câmera no topo do Cruzeiro e queria discutir com o Conselho sobre instalação de outras câmeras e a instalação de uma corrente para impedir acesso de carros e moto na estrada. A Sra Déa informou que teve acesso ao projeto de sinalização da ARIE citando uma equipe responsável pela elaboração, mas foi interrompida pela gestora que corrigiu a informação de que o documento citado tratava-se de um relatório de visita técnica e não da elaboração do projeto, o qual foi realizado junto com membros do conselho e aprovados pelo mesmo. A Sra Déa continuou comunicando que o Sr James, a pedido do secretário de finanças, solicitou a mesma que realizasse um novo projeto de sinalização turístico da Serra do Orobó, o que demonstraria o interesse do município em apoiar essa ação na Serra e solicitou ao Conselho uma reunião para ajustar o projeto já elaborado pelo mesmo, já que havia observado que esse não estava de acordo com o manual de trilha e que a

parceria poderia viabilizar a aquisição de orçamentos e instalação pela secretaria de finanças. A gestora falou que a estrutura do projeto de sinalização apresentada em reuniões de conselho não seguiam padrões do manual de trilhas e que eram apenas ilustrativos para auxiliar o entendimento e que o layout é elaborado junto à assessoria de comunicação do órgão seguindo as normas pertinentes. A Sra Déa informou que gostaria de realizar um encontro com o Conselho para inclusão de outros modelos de placas como a sinalização de entrada, percurso direcional e negativas entre outras. A gestora falou que entende como válida a proposição e que poderia ser inserido na pauta da próxima reunião. Após a fala, a plenária voltou ao debate sobre as ações da prefeitura na Serra em relação às câmeras e instalação de correntes e o Sr Vitor refletiu que essas decisões precisam ser acordadas com o Conselho. A gestora reforçou que a presente discussão aponta a necessidade de trabalhar a pauta de uso público e visitação nas UC estaduais, falou que existem normas que deve ser seguidas e que o Conselho não pode determinar ações como instalação de correntes e impedimento de acesso à ARIE já que esta ainda não possui instrumentos que definam zonas restritivas. O Sr Sandro pontuou que a proposta sugerida pela Sra Déa se for para agregar é positiva, desde que não anule o trabalho anteriormente realizado pelo Conselho. A sra Déa sugeriu elaboração de Manual de Boas Práticas para moradores e visitantes da Serra do Orobó. A gestora concluiu pela discussão da plenária que duas linhas de trabalho prioritárias seriam Uso Público e Visitação e retorno das reuniões itinerantes. Foi iniciado o terceiro ponto de pauta, informes, onde a gestora falou sobre a pesquisa científica publicada pela Portaria 34.355/2026 de aracnídeos na Serra do Orobó, o encaminhamento do processo de arrecadação de terras à Procuradoria Jurídica do INEMA, interlocução do setor de compras para tentativa de novos orçamentos de placas de sinalização e sobre a operação de fiscalização que estava em andamento no município entre os dias 09 a 13 do mês corrente. No ponto o que ocorrer o Sr Adenor falou da alegria em receber a notícia da pesquisa científica e relatou que foi descoberta uma espécie de briófitas na Serra identificada apenas no Panamá e Costa Rica e que a secretaria de meio ambiente já entrou em contato com o pesquisador para que apresente no município a importância dessa espécie. A gestora ressaltou a importância da comunicação e divulgação das pesquisas realizadas e falou sobre a normativa de pesquisa científicas em Unidade de Conservação para controle do Estado sobre as mesmas. Encerrado o debate e nada a mais havendo a se discutir, a gestora findou a reunião às 16:43 horas com os agradecimentos à presença de todos.



Documento assinado eletronicamente por **Eva Dayana Oliveira Rios Lopes, Especialista Meio Ambiente Recursos Hídricos**, em 01/06/2026, às 15:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://seibahia.ba.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **00141537292** e o código CRC **1B654B95**.